



O Modelo Católico de Ensino Superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a Criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC

Natália Cristina Oliveira¹  Névio de Campos²  Oriomar Skalinski Júnior 

¹ ³ Universidade Estadual de Maringá

² Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir a implantação do modelo católico de formação no Ensino Superior brasileiro. Destaca-se o papel desempenhado pelo padre jesuíta Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948), liderança intelectual responsável pela articulação e viabilização institucional da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Ao avaliarmos sua trajetória, verifica-se que Franca, nas décadas de 1930 e 1940, foi um importante mediador entre a Igreja e o Estado, ao participar - junto ao governo de Getúlio Vargas - da luta pelo retorno do ensino religioso às escolas regulares. Utilizamos, nesta discussão, fontes localizadas no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil; bem como referencial teórico sustentado nos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a fim de analisar as disputas nas quais Franca tomou parte no âmbito da institucionalização do ensino superior católico. Para tanto, discute-se como o jesuíta trabalhou junto à sua rede de sociabilidade para viabilizar a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932; em seguida, como essa ação foi aprimorada com a criação das Faculdades Católicas, em 1941; e, por fim, como o objetivo da militância católica foi alcançado, com a fundação da PUC, em 1948, da qual Leonel Franca se tornou reitor. A criação de uma universidade católica no país foi um marco na trajetória do padre Franca. A racionalidade jesuítica foi sua marca distintiva nos embates travados em diferentes campos do espaço social, base para a construção de alianças, de modo a concretizar conquistas no campo educacional em favor da Igreja Católica.

PALAVRAS-CHAVE

Igreja católica. Ensino superior – Brasil. Leonel Franca.

Correspondência ao Autor

¹ Natália Cristina Oliveira

E-mail: natdeoliveir@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Brasil
CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/4887196652283041>

Submetido: 10 out. 2018

Aceito: 10 dez. 2018

Publicado: 16 dez. 2018

 [10.20396/riesup.v5i0.8653644](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653644)

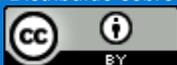
e-location: e019014

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



The Catholic Model of Higher Education in Brazil: Priest Leonel Franca and the Creation of the Catholic Pontifical University - PUC

ABSTRACT

This paper aims at discussing the implementation of the catholic model of education in the Brazilian higher education. We address the role played by the Jesuit priest Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948), an intellectual leader responsible for the articulation and institutional viability of the Catholic Pontifical University (PUC) in Rio de Janeiro. When evaluating his trajectory, priest Franca was seen as an important mediator between the Church and the State. In the 1930s and 1940s, he took part, along with the Getúlio Vargas government – in the fight for the reinclusion of the subject religion in regular schools. This discussion is based on sources found in the Archives of the Jesuit Province in Brazil as well as a theoretical background supported by the concepts put forward by the French sociologist Pierre Bourdieu. This documental and theoretical material was used to analyze the disputes in which Franca took part regarding the institutionalization of the catholic higher education. With this purpose, we investigate the priest's actions within his sociability networks to enable the creation of the Higher Education Catholic Institute in 1932. We also reflect on how this action was deepened with the creation of the Catholic Colleges in 1941 and, finally, how the catholic activism was approached with the foundation of PUC in 1948, where Leonel Franca became the rector. The creation of a catholic university in the country was a cornerstone in priest Franca's trajectory. The Jesuit rationality was his distinctive feature in the battles fought in different fields of the social space, which based the construction of alliances to guarantee achievements in the educational area in favor of the Catholic Church.

KEYWORDS

Catholic church. Higher education – Brazil. Leonel Franca.

El Modelo Católico de Enseñanza Superior en Brasil: Padre Leonel Franca y la Creación de la Pontificia Universidade Católica - PUC

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es discutir la implantación del modelo católico de formación en la Enseñanza Superior brasileña. Se diferencia el papel desempeñado por el padre jesuita Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948), líder intelectual responsable por la articulación y factibilidad institucional de la Pontificia Universidade Católica (PUC) del Rio de Janeiro. Evaluando su trayectoria, se verifica que Franca, en las décadas de 1930 y 1940, fue un importante mediador entre la Iglesia y el Estado, al participar – junto al gobierno Getúlio Vargas – de la lucha por el retorno de la enseñanza religiosa a las escuelas regulares. Utilizamos, en esta discusión, fuentes ubicadas en el Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil; bien como referencial teórico apoyado en los conceptos del sociólogo francés Pierre Bourdieu, con la finalidad de analizar las disputas en las cuales Franca ha tomado parte en el ámbito de la institucionalización de la enseñanza superior católica. Para tanto, se discute cómo el jesuita ha trabajado junto a su red de sociabilidad para que se efectuara la creación del Instituto Católico de Estudos Superiores, en 1932; en seguida, como esa acción fue perfeccionada con la creación de las Faculdades Católicas, en 1941; y, por fin, como el objetivo de la militancia católica fue alcanzado, con la fundación de la PUC, en 1948, de la cual Leonel Franca se convirtió en rector. La creación de una universidad católica en el país fue un marco en la trayectoria de padre Franca. La racionalidad jesuítica ha sido su marca distintiva en los choques enfrentados en diferentes campos del espacio social, base para la construcción de alianzas, de modo a concretar conquistas en el campo educacional en favor de la Iglesia Católica.

PALABRAS CLAVE

Iglesia católica. Enseñanza superior – Brasil. Leonel Franca.

Introdução

Este artigo analisa, a partir da trajetória intelectual do jesuíta Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948), a história da concepção, da fundação e da consolidação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, concretizada no ano de 1948. Seu objetivo central é discutir a implantação do modelo católico de formação no Ensino Superior brasileiro. Com base na teoria de Pierre Bourdieu, entendemos que o estudo de um trajetória intelectual nos oferece possibilidades analíticas interessantes, a fim de examinar o movimento social ocorrido em determinado período. Assim, é possível verificar que por meio de suas ações, os agentes organizam os campos sociais no quais se inserem, de modo a se tornarem decisivos nos rumos assumidos pelo espaço social como um todo.

Nosso enfoque é demonstrar como as ações empreendidas pelo intelectual católico Leonel Franca, destacadamente nas décadas de 1930 e 1940, implicaram na propagação, via diferentes instituições, dos valores cristãos que em seu entendimento deveriam ser a base comum à edificação da nacionalidade. Assim, enquanto agente, teve atuação marcante, na organização civil, política, cultural e educacional do país no período. A viabilização de uma Universidade católica no Brasil, nesse quadro, possibilitaria à Igreja uma atuação ainda mais próxima junto à formação da elite dirigente da sociedade brasileira, numa verdadeira estratégia para conformar quadros que poderiam vir a militar em favor das causas católicas. A oposição ao crescente processo de laicização do país, colocado em curso com a República, mobilizou intensa resistência por parte da hierarquia da Igreja, que concebeu e implementou estratégias políticas e culturais, no sentido de uma restauração católica da nação.

A era Vargas notabilizou-se como um período de disputas políticas em que os movimentos intelectuais assumiram posição de destaque, tomando parte nos candentes debates acerca dos caminhos a serem trilhados pelo país. Nesse quadro, o perfil daqueles que interferiam no meio social foi em grande medida reformulado, mediante uma nova demarcação de seus discursos. Nas primeiras décadas do século XX a questão relativa ao problema da educação no país ganhou grande visibilidade. A busca por detectar seus problemas e propor soluções mobilizou intelectuais de diferentes vertentes, notabilizando sua ação como mediadores sociais e organizadores da cultura.

Utilizamos como fontes primárias de pesquisa documentos localizados na Casa da Companhia de Jesus no Brasil – situada no Rio de Janeiro. O arquivo dispõe de documentos pessoais e administrativos de padres integrantes da Ordem que tenham vivido no país. O arquivo reúne um vasto acervo, dos padres célebres e memoráveis, bem como da história da Companhia de Jesus. No caso deste artigo, privilegiamos o foco em documentos ligados ao padre jesuíta Leonel Franca, com destaque para seu diário, suas correspondências e suas anotações. Por meio da combinação dessas modalidades de peças documentais, empreendemos nossa pesquisa, de modo a privilegiar os achados no arquivo que alavancavam informações sobre o nosso objeto de estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, nosso texto foi estruturado da seguinte forma. Inicialmente, discutem-se princípios fundamentais da concepção formativa católica, bem como a articulação da Igreja junto ao quadro social, a fim de concretizar no Brasil sua primeira iniciativa no sentido de uma formação superior: o Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado em 1932. Em seguida, analisa-se a forma como tal iniciativa foi consolidada, sob a forma das Faculdades Católicas, no ano de 1941. Por fim, discutimos a implementação e o reconhecimento da Pontifícia Universidade Católica – PUC, em 1948, no Rio de Janeiro, instituição da qual Leonel Franca se tornou reitor.

Princípios Católicos e Formação Universitária: os Primeiros Passos

A instituição de ensino reconhecida mais respeitada por expressar os princípios de formação católicos, e da Companhia de Jesus, foi o Colégio Romano. Fundado em 1553, por Inácio de Loyola, tinha como objetivo formar uma nova classe de clérigos, com desenvolvimento intelectual em condições de enfrentar os mais difíceis embates da conquista religiosa. Em 1582, a instituição foi consagrada à Universidade Gregoriana. Após o ano de 1870, quando Roma já havia se tornado capital do reino da Itália, Pio IX instituiu a Pontifícia Universitas Gregoriana – que nunca deixou de ser liderada pelos jesuítas.

Leonel Franca realizou sua formação inicial pela Companhia de Jesus na Universidade Gregoriana, em Roma, de 1912 a 1915; e, posteriormente, um processo formativo voltado ao nível de especialização, de 1920 a 1923. Na sequência, ao retornar ao Brasil, após passar alguns anos em Nova Friburgo, município localizado no Estado do Rio de Janeiro, como professor da Educação Básica, o padre passa a atuar na capital - Rio de Janeiro. Exerce, nesta conjuntura, a função de intelectual jesuíta, como defensor da Igreja foi um dos principais combatentes junto ao Estado, notabilizando-se por seu trabalho a favor do Ensino Superior católico no país. Acreditamos que, por ter feito parte da formação intelectual de Franca, a instituição romana serviu também como inspiração para a criação das Faculdades Católicas – instituição implantada na primeira metade do século XX, precisamente em 1941.

Rodrigues (2005), ao discutir as décadas de 20 a 40 do século XX, afirma que o movimento articulado nos polos político e ideológico foi o principal responsável pelas transformações do cenário nacional, além de decisivo para a relação entre Igreja e Estado. O autor destaca que nesse momento claramente a Igreja não estabeleceu relações desinteressadas com a sociedade política, mas “[...] uma troca de favores, fato esse que pode ser evidenciado na conhecida frase do cardeal Dom Sebastião Leme: ‘Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado’” (RODRIGUES, 2005, p. 114). Notadamente, a Igreja encaminha seus posicionamentos e ações na esfera política de acordo com as possibilidades de inserção e de ampliação de sua presença social, de modo a buscar a ampliação de seu alcance. (MICELI, 2009; CAMPOS, 2010).

No período em questão, o presidente Getúlio Vargas foi um importante opositor ao comunismo. Em seus discursos afirmava ser fundamental detê-lo para evitar a desordem social e garantir a segurança da nação. Utilizava-se dessa “ameaça”, em sua concepção, como

um dos elementos para viabilizar um poder centralizador. Mantendo seu posicionamento forte, sua postura centralizadora e seus embates constantes contra ideais marxistas, Vargas foi ganhando apoio:

[...] não somente nos meios governamentais, entre militares, intelectuais, mas também nos demais segmentos da sociedade civil, na área educacional, na imprensa, igreja e grande parte da população, influenciada, evidentemente, pela propaganda governamental e da própria igreja sobre o ‘perigo comunista’ (RODRIGUES, 2005, 116).

A Igreja e o Estado encontravam-se em sintonia, sobretudo, no objetivo de combate ao comunismo e divulgações de suas ideias, na conservação do nacionalismo. Com base nisso, após o golpe de 1937, o Estado e a Igreja passaram a estreitar suas relações de forma mais pontual e notória. Porém, neste entremeio contextual, a Igreja Católica não cessa suas intenções de formação intelectual por meio de organizações religiosas a cumprir este objetivo.

Tania Salem (1982), em seu texto “Do Centro D. Vital à Universidade Católica”, chama a atenção à reconstituição do trajeto entre a fundação do Centro Dom Vital¹ do Rio de Janeiro e a criação das Faculdades Católicas. Ao tratar sobre a igreja e o ensino superior, afirma que o encontro de dois pontos do ideário católico, sendo a reforma moral e espiritual relacionada à perspectiva de elite do movimento religioso, “[...] já evidencia o porquê de a educação superior e a criação de um estabelecimento próprio de ensino terem se constituído, desde a década de 10, em metas prioritárias do movimento de reação”. (SALEM, 1982, p. 11). Podemos compreender estas iniciativas como forma de atingir o objetivo de cristianizar as camadas mais elevadas da sociedade que, por conseguinte, se tornariam seus dirigentes.

Com a mudança de gestão de Jackson de Figueiredo² para Alceu Amoroso Lima, em 1928, o Centro Dom Vital reorganiza seus princípios e apresenta novos pontos e estratégias de (re)conquista católica. Salem (1982) afirma que órgãos como a Associação dos Universitários Católicos (1929) e, principalmente, o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), ainda que com objetivos distintos, foram as primeiras entidades organizadas pelos integrantes da igreja para atingir um domínio universitário por meio de princípios católicos. Ambas as organizações “[...] remontam o trajeto entre a eclosão do movimento católico, em 1922, e a fundação das Faculdades Católicas, em 1941”. (SALEM, 1982, p. 11).

Os idealizadores do Instituto Católico estavam mobilizados a desempenhar um papel que atingisse as estruturas sociais por meio da instrução no ensino superior. Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca, diretamente envolvidos no funcionamento desta instituição, apresentavam, frequentemente, o discurso de que os únicos cursos superiores ofertados, naquele momento, na sociedade carioca – engenharia, direito e medicina – não se materializavam nos moldes necessários para o tipo de homem que o catolicismo necessitava.

¹ O Centro Dom Vital foi um dos mais importantes centros de conversão dos leigos da primeira metade do século XX, tem como principal fundador Jackson de Figueiredo. O centro foi inaugurado em 1922 e recebeu o nome do bispo de Recife e Olinda, um dos principais combatentes na “questão religiosa”.

² Jackson de Figueiredo (1891-1928), advogado dedicado à política e ao jornalismo, um intelectual católico, criou a revista *A Ordem*, em 1921 e o Centro Dom Vital (1922). Ambas as instituições militavam em prol da divulgação das ações da Liga Católica.

Então, passam a formar quadros por meio do Instituto Católico, ainda que apenas com apresentação de um certificado de conclusão do curso sem valor oficial. Dessa forma, o objetivo primeiro era o de formar, ainda que sem aporte e validade legal, sujeitos dispostos a se dedicar a causa católica e seus princípios.

A Reforma Universitária apresentada pelo ministro Francisco Campos, orientada pelo decreto de número 19.851 de 11 de abril de 1931, subsidiava a necessidade e os critérios para a implantação de uma instituição consolidada de ensino superior. Embora Francisco Campos apresentasse, em seus discursos, interesse na formação católica, 19 dias depois da promulgação deste decreto, o ensino religioso aparece como facultativo nas escolas públicas de ensino regular. Com tais acontecimentos, a Igreja Católica fica ciente de que não poderia contar de forma veemente com o Estado para implementar suas mudanças na organização do ensino nacional. O laicato, a partir disso, prepara-se para a urgência em formar – ainda mais – fiéis escudeiros que fossem capazes de auxiliar na disseminação dos princípios religiosos na elite intelectual da sociedade carioca; ou seja, o ensino superior se apresentava como solução à erradicação do pensamento laico.

Enquanto embrião da futura Universidade Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja. Alegando que somente a universidade católica era capaz de realizar a síntese orgânica do saber [...]. (SALEM, 1982, p. 14).

É notável que as funções e necessidades do estabelecimento de uma universidade permanecem inalteráveis no ideário católico. Os nove anos que separam a criação do Instituto Católico das Faculdades Católicas não foram suficientes para abalar os princípios da elite católica, mas sim para reforçá-los. Este trajeto foi permeado por tentativas de contatos com o governo federal, representado por Getúlio Vargas, e congressos que direcionavam ao objetivo maior de uma instituição de ensino superior católica.

Em uma destas ocasiões e tentativas de afinidades do governo com o ideário católico, Getúlio Vargas ofereceu um banquete no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939, ao episcopado brasileiro. O jantar “ocasionou” um discurso que relatava ao alto clero que a nação brasileira fora organizada sob a cruz do catolicismo, por isso os seus padres tinham liberdade de discurso e atuação nas terras brasileiras, em troca deveriam contribuir com o Estado. Um das ideias centrais desta discussão enfatizava que apenas com bons cidadãos, obedientes à lei civil, seria possível impedir que os costumes, que levavam a uma vida espiritual, não fossem corrompidos (RODRIGUES, 2005).

O apoio à Igreja Católica, ainda com a bandeira da laicidade hasteada, fez do governo varguista um favorecedor considerável da Igreja. Miceli (2001) defende que os critérios legais que orientaram a organização das universidades federais e privadas, institutos federais, estaduais e privados estavam diretamente ligados a um grupo de interesses que integrava o governo. Num primeiro grupo encontravam-se os representantes dos ramos tradicionais do ensino superior – direito, medicina, engenharia; num segundo grupo, os militares de altas

patentes, nomeados por “livre escolha” do presidente da República; num terceiro grupo, os porta-vozes das novas especialidades na área educacional; e, por último, “[...] a presença do padre Leonel Franca, líder da intelectualidade católica, militante das organizações da Igreja [...]”. (MICELI, 2001, p. 300). O jesuíta aparece como representante do ensino privado e confessional, que até no ano 1929 atendia a 90% da instrução secundária.

Na iniciativa de aliança do governo Vargas com a Igreja, sob a luz do Estado Novo, ficam claros os interesses da Santa Sé. A Igreja não era a única a aproveitar as oportunidades; talvez esta fosse a forma de Vargas conseguir o apoio religioso, considerando que, após a Constituição de 1937, os assuntos educacionais não tivessem auxiliado nessa facilitação. Inspirado nesse mesmo ideário, iniciou-se o projeto de criação de uma faculdade católica.

As discussões para a construção de uma universidade católica, um centro de formação superior católico, já estavam em curso desde o início do século XX. Os debates sobre a necessidade de uma instituição de ensino superior católica apareceram em eventos como o Primeiro Congresso Católico Brasileiro, em Salvador, de 3 a 10 de junho de 1900; Primeiro Congresso Diocesano de São Paulo, em 1901; Segunda Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio, de janeiro de 1º a 7 de julho de 1904; Segundo Congresso Católico Brasileiro, de 26 de julho a 2 de agosto de 1908; Carta Pastoral de dom Leme; bem como o Congresso de Educação do Centro Dom Vital na década de 1930. Todos os eventos pediam e sinalizavam a importância da criação de instituições educacionais, escolas e universidades que constituíssem a formação do verdadeiro e perfeito cristão.

Na trajetória intelectual de Franca também é possível observar que a fundação de uma faculdade católica já estava em seus planos iniciais nas disputas travadas pela educação. No dia 24 de maio de 1932, foi realizada a conferência de inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, com apoio do Centro Dom Vital, no Salão de Belas-Artes. Com a presença de Getúlio Vargas, entre os convidados, o padre falou sobre sua ambição, o ideal, a necessidade e a atribuição de uma universidade católica:

A Universidade, por sua natureza, para não mentir às promessas de seu nome e às exigências de sua função, deve ser católica; e as Universidades que deixaram de ser católicas viram-se, na mesma proporção, diminuídas como Universidades [...].

Queremos uma Universidade capaz de totalizar e hierarquizar o saber; de fundir, numa unidade orgânica, o pensamento e a vida; depositária fiel de todo o patrimônio intelectual que constitui uma das maiores riquezas do nosso povo; orientadora segura nas dificuldades, cada vez mais complexas, do progresso da civilização cristã (FRANCA, 1932 apud D'ELBOUX, 1953, p. 243-244, grifo nosso).

Sintonizado ao mesmo ideal, ao proferir discurso sobre a possível criação de um Instituto Superior de Estudos Católicos, Franca pronuncia:

Universidade Católica! Como se casam bem as duas palavras! A Universidade, esta pátria da ciência, esta depositária das mais elevadas tradições intelectuais de um povo, esta afirmação mais alta da cultura de uma nacionalidade, foi a Igreja Católica quem a criou. Criou-a, porque por sua iniciativa se associaram professores e alunos de todas as disciplinas do saber, na unidade de uma grande organização

fosse a *Alma Mater* de uma dinastia ininterrupta de sábios e o instrumento incansável de progresso da ciência (FRANCA, 1954, p. 127, grifo nosso).

No presente discurso notamos seu argumento para a criação de um centro de estudos de nível superior. Dentre outras preocupações, é possível identificar que se pensava, prioritariamente, em formar dirigentes da sociedade, que auxiliassem no aumento e direcionamento de uma elite católica. Ele comportava-se como um porta-voz da Igreja, falava em nome da Santa Sé, aceitava o título de representante e tinha a permissão para divulgar seus discursos ao longo de sua trajetória. Na teoria bourdieusiana:

O porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência (no sentido jurídico do termo). A essência social é o conjunto destes atributos e destas atribuições sociais que o ato de instituição produz como ato solene de categorização que tende a produzir o que ele designa (BOURDIEU, 2008, p. 101).

Dessa forma, Leonel Franca portava-se como representante de uma instituição que ainda seria fundada mas, ainda assim, falava por ela. Com o propósito de colocar em prática os objetivos que vinham sendo anunciados pelo jesuíta, um evento considerável para pensar a educação e os princípios católicos é visto como estratégia. No ano de 1934 foi organizado o 1º Congresso Católico de Educação, no Rio de Janeiro. O “triumfo católico” – termo cunhado por Tristão de Athayde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima - nas constituições na década de 1930 trazia à tona questões conceituais e doutrinárias a respeito do catolicismo na sociedade. O congresso tinha por objetivo criar um movimento restaurador da Igreja, para direcionar estratégias e ações em favor dos católicos. A comissão responsável por argumentar acerca do problema do ensino superior trazia o objetivo de reunirem esforços, o mais rápido possível, para a criação de uma universidade unificada à Santa Sé – ainda que solicitando apoio federal. (SALEM, 1982).

Na obra “Elite Intelectual e Restauração da Igreja”, Alípio Casali (1995) descreve, por meio de estudos de fontes, alguns dos principais marcos ocorridos no Congresso, bem como as principais questões abordadas. As comissões estavam, basicamente, divididas em ensino religioso; sociologia educacional; teses especializadas (educação da mulher, rádio, jornal, cinema, teatro, editora católica); universidade católica; metodologia e didática; educação e proletariado. A presença dos clérigos foi muito discreta nesse Congresso. A tomada de frente da organização foi do laicato católico. A 4ª Comissão, por exemplo, no que tangia à universidade católica, tinha como presidente Alceu Amoroso Lima e todos os demais integrantes religiosos, mas de nenhuma hierarquia clerical.

Candido Mendes de Almeida (filho do senador Cândido Mendes) foi o primeiro conferencista da comissão, defendendo a urgência da organização de uma universidade regida pela Igreja Católica. O segundo conferencista foi Francisco de Assis Magalhães Gomes (representante do governo de Minas Gerais) que discursou sobre o problema do primeiro passo à construção de uma universidade, afirmou que se as classes intelectuais dirigentes tivessem, em sua totalidade, sido escoladas na doutrina católica, todos os problemas sociais já estariam resolvidos. O terceiro conferencista, Lúcio dos Santos, ocasionalmente - reitor da

Universidade de Minas Gerais, defendeu os modelos de universidade norte-americanos e historiou acerca da estrutura, das questões centrais e das finalidades do ensino superior católico (CASALI, 1995). Em linhas gerais, estruturava-se naquela Conferência o projeto de uma universidade católica associada a uma restauração moral, cultural e social da nação brasileira.

Casali (1995) indica que, ao final do congresso, a comissão submeteu 13 itens para aprovação do plenário. O primeiro deles foi sobre a urgência da criação de uma universidade católica brasileira, que, em âmbito nacional, beneficiaria todos os católicos, de modo que – completamente subordinada aos princípios da Santa Sé – promovesse uma educação para a formação de cursos necessários à organização de uma sociedade com espírito católico. Em 1939, foi divulgada a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro. O objetivo era abordar os temas imprescindíveis relativos a esse evento e a discussão sobre o ensino superior – afirmava-se: “Ao Brasil Católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso”. (CARTA PASTORAL, 1939).

Essa realização exigiria, “[...] como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis” (CARTA PASTORAL, 1939). Ao concluir, a carta reiterava-se que o Brasil “[...] não se mostrará surdo à confiança do nosso apelo. A fundação da Universidade Católica será a glória da nossa geração”. Imbuído desse espírito, Leonel Franca iniciou, de fato, seu projeto. O jesuíta conseguiu, parcialmente, sua primeira vitória por meio da conquista da Madre Provincial das Irmãs Ursulinas, em 22 de dezembro, de 1938. Celebrou, naquela ocasião, a missa de fundação do Instituto Santa Úrsula, que começou a funcionar no ano seguinte, com a Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras, na cidade do Rio de Janeiro. A Igreja Católica, ainda que em desvantagem, permanecia com seu objetivo de reversão da laicidade e conquista espiritual da sociedade.

Estruturação das Faculdades Católicas

Em 1940, à espera da possibilidade de que o Vaticano permitisse o ensino superior católico no país, administrado pela Companhia de Jesus, chegou, ao cardeal Leme, no Brasil, a autorização, por meio do papa Pio XI, para o início da fundação da esperada instituição. Franca, com Alceu Amoroso Lima, em 1º de janeiro desse mesmo ano, inicia os preparativos para aquela edificação. No dia 19 de março, do mesmo ano, o cardeal Leme procurou Franca para atribuir à Companhia de Jesus, por meio de sua representação, os cuidados das Faculdades Católicas:

Procurou-me hoje Sua Eminência para expor ao P. Provincial e aos Consultores o seu desejo de confiar à Companhia a Universidade Católica a ser inaugurada em 1941 no Rio. A Companhia ficaria proprietária e teria plena liberdade de ação. Sua Eminência dar-nos-ia imediatamente 500.000 e promoveria uma grande subscrição nacional. Outros pormenores no esquema da carta ao P. Geral. (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia seguinte, por motivos políticos, dos quais não temos conhecimento, a decisão foi revista e alterada. Podemos supor que, por tamanha importância e domínio que a Companhia de Jesus, historicamente, possuía sobre a própria Igreja, isso tenha sido reordenado:

Voltou hoje Sua Eminência para propor uma modificação no plano exposto ontem, afim de não parecer uma obra exclusiva da Companhia. Fundar-se-ia uma sociedade com personalidade jurídica, composta de 5 membros, dos quais 3 nomeados pela Companhia (Sociedade Brasileira de Educação) um pelo Cardeal (em nome do Episcopado Brasileiro) outro pela Santa Sé (Núncio). (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

A Companhia de Jesus conservava seus adversários, tão históricos quanto ela. Pode ter sido esse um dos motivos que a excluíram da liderança absoluta da instituição. Além disso, podemos pensar nos investimentos. Algumas ordens, já se sentindo prejudicadas em outros momentos pela companhia, não se dedicariam a angariar fundos com a mesma precisão. Outras ordens religiosas entraram em conflito com a igreja, considerando que a Companhia de Jesus, historicamente, recebia favorecimentos, principalmente no que tange à questão educacional. Podemos afirmar que as conquistas de Franca não foram tranquilas nem do ponto de vista político, nem do católico; tendo sido alcançadas no interior de um intenso campo de disputas.

Em maio, do mesmo ano, Franca entrou em acordo com o Cardeal a fim de colocar a instituição em funcionamento, assim que fosse possível. Para tanto, sua instalação imediata poderia se dar pelo Externato Santo Inácio. Leonel Franca pode ser socialmente caracterizado como uma espécie de herdeiro do capital simbólico da Igreja, tendo inclusive assumido o comando de uma de suas casas fraternais.

Bourdieu (2008) descreve que alguns sociólogos da ciência atribuem o reconhecimento coletivo, como o de alunos das grandes escolas, escritores consagrados, às ordens das quais fazem parte. Aqueles que integram grandes corporações têm uma mola mais propulsora, encorajadora, que aqueles que compõem simples instituições. Leonel Franca, utilizando-se de toda a representação da Igreja Católica, engajado como seu porta-voz, desloca-se por todo o campo político em favor de representá-la e conquistar o campo educacional em seu favorecimento.

O lema cunhado por Bourdieu (2008, p. 101) “[...] torne-se o que você é”, ilustra as realizações de Franca que desempenhou seu trabalho como jesuíta, lutando pela recatolização da nação brasileira. O herdeiro “[...] que respeita a si próprio tenderá a se comportar como herdeiro e acabará sendo herdado pela herança, conforme a fórmula de Marx, ou seja, investido nas coisas apropriado pelas coisas das quais se apropriou”. (BOURDIEU, 2008, p. 101). Por meio de telegrama, o padre superior da Companhia de Jesus, Wlodimiro Ledóshowski (1866-1942), respondeu positivamente ao aceitar a responsabilidade de assumir o funcionamento do centro de ensino numa instalação da Companhia de Jesus, no Brasil. No dia 18 de junho de 1940, o cardeal Leme aprovou os estatutos das Faculdades Católicas, apresentados por Franca.

Três dias depois, em 21 de junho de 1940, aconteceu a “Reunião solene no Palácio do Cardeal para a fundação das Faculdades Católicas. Presentes: o Cardeal, o Núncio, P. Riou, P. Lustosa, P. Franca, Mons Franca, Alceu, D Alberto Gonçalves esteve a princípio depois se retirou por cansaço”. (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Foi uma “[...] festa de S. Luís (santo jesuíta na tradição católica padroeiro dos estudantes), o Cardeal Leme preside uma Reunião Solene no Palácio S. Joaquim, sede do Cardinalato no Rio de Janeiro [...]”. (CASALI, 1995, p.137). A solenidade se iniciou com a leitura de Dom Leme das Cartas Pontifícias que organizariam a universidade, denominando-a Faculdades Católicas - ainda necessitando de algumas formalidades jurídicas, estava efetivado o projeto. No mesmo mês se deu o início da edificação, iniciaram-se os comunicados e a divulgação daquela obra, inclusive ao presidente do país que já estava ciente de tais discussões. No dia 11 de agosto, o jesuíta escreve:

Fomos comunicar hoje a futura instituição das Faculdades Católicas ao Dr Gustavo Capanema que nos acolheu muito bem, chamando de magnífica idéia e prometendo todo seu apoio. Dr Leitão da Cunha, Paulo Lyra, Lourenço Filho, bom acolhimento em todos, Cesário de Andrade, Samuel Libânio e Anibal Freire não estava em casa (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia 16 de agosto de 1940, aconteceu a votação do parecer definitivo, concedendo a autorização prévia de funcionamento às Faculdades Católicas:

Numa ou noutra destas reuniões [do Conselho de Educação] todos os conselheiros tiveram oportunidade de manifestar-se; não houve um só voto contrário. O fato é único nos anais do Conselho. Numa das votações, o Prof. Lourenço Filho, relator do processo, disse, com delicadeza oportuna, que a concessão de autorização de funcionamento às Faculdades Católicas era ainda, a seu modo, uma das grandes homenagens que as autoridades de ensino e o Brasil prestavam à Companhia de Jesus, por ocasião das festas comemorativas de seu quarto centenário.

O parecer do Conselho foi, poucos dias depois, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, e aos 30 de outubro, festa do nosso Santo Afonso Rodrigues, assinava o Presidente da República o Decreto nº 6.409, autorizando as Faculdades Católica a instalar o curso de Bacharelado na Faculdade de Direito e sete cursos na Faculdade de Filosofia. Com este ato supremo estavam vencidas as primeiras dificuldades, nem poucas nem pequenas, e terminada assim a fase de preparação. (D’Elboux, 1953, p. 247-248).

No relato descrito é possível observar que, em busca de apoio político e fraterno, Leonel Franca traçou algumas metas. Após vencidas as dificuldades da autorização para funcionamento, o padre passou a bater em várias portas, explicando e solicitando a consolidação das Faculdades. Aproveitando de sua participação, além de contatos próprios, com o Conselho Nacional de Educação do qual era integrante, conseguiu “[...] por unanimidade (12 presentes) [...] a autorização prévia de funcionamento para as Faculdades Católicas”. (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Definiu, após isso, o objetivo das faculdades para a nação brasileira:

Universidades e boas universidades é o que reclama o Brasil neste momento. Multiplicar pelo país estas sementeiras de homens superiores, estes focos de irradiação intelectual é obra da previdência lúcida e de patriotismo sadio.

E o Brasil trabalha agora para a fundação de uma universidade e de uma universidade católica. [...]

Quem diz católica de uma universidade quer significar uma instituição de ensino superior completa, onde instrução e educação se harmonizem em aliança indissolúvel, onde, ao lado de formação científica mais aprimorada, não merecem menos cuidado a têmpera do caráter e a elevação da grandeza moral. [...]. (FRANCA, 1954, p. 135).

Dado o parecer homologado pelo ministro da Educação, no dia 30 de outubro de 1940, o presidente da República assinou o decreto nº 6.409, autorizando a Faculdades Católicas a instalar o curso de bacharelado na Faculdade de Direito e sete cursos na Faculdade de Filosofia. Chamamos a atenção para a liberdade com que o religioso transitava no campo político e para a forma como conseguia apoio dos dirigentes. No dia 22 de dezembro do corrente ano, “Entregou-me o cardeal a Provisão nomeando-me Reitor das Faculdades Católicas” (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). No programa de rádio “Hora das Faculdades Católicas” ele discursa:

Inaugura-se, neste instante, a Universidade Católica, que ilumina os sonhos de nossas esperanças.

[...] Uma Universidade e, antes de tudo, uma instituição de alta cultura; a expressão mais alta da inteligência de um povo; o órgão que, de geração a geração, transmite, com o patrimônio da ciência universal, o tesouro próprio e incommunicável de sua história, de sua literatura, de sua arte. (FRANCA, 1954, p. 134).

Quando pensamos no ensino superior, voltamo-nos às reflexões relacionadas à forma como este era conduzido. Neste caso, falamos de um padre, jesuíta, preocupado com a formação de uma elite pensante que fosse capaz de direcionar os rumos da sociedade carioca, quiçá da brasileira. Pierre Bourdieu, ao discutir o ensino superior na França, relata maiores incentivos sobre “[...] a faculdade de teologia, a faculdade de direito e de medicina, que, sendo capazes, proporciona ao governo ‘a mais forte e mais durável influência sobre o povo’” (BOURDIEU, 2011a, p. 95), assim, entendemos o apoio recebido por Franca por parte do governo.

Dessa forma, notamos as intenções de Leonel Franca, considerando que, com exceção da medicina – apontada por Bourdieu – aqueles foram os primeiros cursos criados nas Faculdades Católicas da Companhia de Jesus. Tal ‘coerência’ se explica ao pensarmos que:

[...] a homogeneidade do *habitus* tende a crescer quando se vai dos físicos ou matemáticos aos clínicos ou juristas, é sem dúvida porque a necessidade de estabelecer na unidade social do grupo a unidade intelectual [...] se impôs mais fortemente quando a coerência propriamente científica é mais sincera e a *responsabilidade social* do corpo é maior. (BOURDIEU, 2011a, p. 98).

A autorização para o funcionamento da instituição só se efetivou à medida em que se discutia sua implantação. Desde 1940, Dom Leme coordenava a construção e pedia doações para seus pares, mas, em razão de sua morte, não finalizou esse projeto. Em 15 de março de 1941, na sessão inaugural das Faculdades Católicas, o ministro Gustavo Capanema discursou sobre a necessidade da formação do professorado e como a Igreja Católica estava

beneficiando a sociedade. Assegurou, em seu discurso, o apoio do governo e congratulou os jesuítas pela missão assumida:

Inauguram-se hoje as duas faculdades que constituem o primeiro núcleo da futura Universidade Católica do Brasil [...]. A missão universitária é formar o homem superiormente culto. Dos seus recintos saem os que amanhã, no governo do país, na magistratura, na administração pública, no sacerdócio e no exercício das profissões liberais, constituirão o sistema nervoso do organismo social. [...] Universidade Católica não é centro de estudos em que se cortam as legítimas liberdades de investigação e se substituem, pela aceitação dos dogmas, os processos da ciência [...]. A solenidade de hoje tem um símbolo, símbolo de colaboração de todas as forças vivas que asseguram a existência e a grandeza radiante de um centro superior de cultura. (CAPANEMA, 1941. In: Anuário das faculdades católicas, I, 1941, p. 67).

Na mesma ocasião, Leonel Franca, na sequência, discursou saudando o ministro da Educação e agradecendo pelo apoio deste:

Quando [...] expus ao Dr. Getúlio Vargas o meu desejo, Sua Ex.^a, anuindo generosamente ao pedido, disse-se que, para a sua realização concreta, me dirigisse ao Ministro da Educação. Fui ter com V. Ex.^a e, folgo aqui de dar agora o meu testemunho público, desde esse dia durante os quase dois anos de andamento do processo, encontrei sempre, no Ministro da Educação, ao lado da cordialidade amiga com que me distinguiu, a dedicação, a clarividência, a boa vontade, a paciência incansável, a firmeza de propósitos que me levaram o processo à sua tão esperada e auspiciosa conclusão. (FRANCA, 1954, p. 318).

Franca discursou sobre a missão da universidade católica, sobre o dogmatismo científico e falou em defesa da formação humana - alinhada às questões religiosas. Sua crítica contundente à laicização era clara e demonstrava a sua concepção de ensino superior. Dentre aqueles que se manifestaram em favor da família cristã e que repeliram as questões que não estivessem incorporadas pelos ideais católicos, estavam Affonso Penna Jr e Alceu Amoroso Lima.

O padre Leonel Franca assumiu, definitivamente, o comando das negociações e criou uma articulação para a arrecadação de fundos financeiros. Em seu diário observamos anotações mencionando aqueles que compareceram à solenidade de inauguração. O evento aconteceu com missa celebrada pelo cardeal arcebispo, assistência do ministro da Educação, corpos docente e discente da universidade, além de muitos fiéis da Igreja Católica. O padre jesuíta “[...] presidiu a solenidade, tendo à direita o Exmo. Sr. Núncio Apostólico e à esquerda o Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e saúde”. (D’ELBOUX, 1953, p. 250). Além desses, destaques intelectuais encontravam-se entre os presentes: o presidente do Conselho Nacional de Educação, o Reitor da Universidade do Brasil, representantes de várias Ordens religiosas católicas e superiores da Companhia de Jesus, professores das Faculdades, entre outras autoridades. Podemos observar o conjunto de pessoas influentes presentes no momento de conquista da Igreja Católica – o rito de instituição.

Falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um* limite arbitrário, ou melhor, a operar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção

do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem) quando, na verdade, o que importa é a linha. (BOURDIEU, 2008, p. 98).

Essa linha é aquilo que a instituição, a pessoa, deixou de ser após o culto. Existe, para Bourdieu (2008), um conjunto definido ao grupo instituído e que tem por objetivo inserir o iniciante. Para Leonel Franca, o rito de instituição de ensino superior trazia como missão formar um homem superior, culto, do qual dependeria o nível cultural da nação. Esta seria sua nova missão, ele se torna – então – um defensor desta causa.

Uma das principais lutas e embates travados após o início do funcionamento da instituição foi a conquista do terreno para construção de um prédio universitário. O edifício do Colégio Santo Inácio, onde a instituição iniciou suas atividades, não comportava sua expansão. No dia 10 de junho, de 1941, Franca escreveu:

Ocorreu-me a ideia do “metro quadrado” – Feito o plano de construção do edifício, abrir-se-ia uma grande subscrição em que cada casa de comércio, cada família, cada instituição tomaria sobre si pagar um metro quadrado ou 500\$000. Seria a contribuição dirigida pelas Senhoras. (FRANCA, 1941 apud D’ELBOUX, 1953, p. 253).

Notando a insuficiência desses recursos, ainda que a ideia fosse aceita, resolveu dirigir-se ao presidente Getúlio Vargas, tendo relatado no dia 20 do mesmo mês:

Festa do Sagrado Coração de Jesus. Audiência do Dr. Getulio para pedir um terreno para a Universidade Católica. Recomendiei muito o negócio a Deus e tive um pressentimento diante do SSmo. Exposto, que N.S. me queria fazer uma graça, não obstante todas as minhas infidelidades.

Fui recebido pelo presidente às 16 1/2. Acolheu-me bem. Expus-lhe o pedido e os motivos que o justificavam. Terminada a minha exposição disse ele: “*Não só não tenho nenhuma restrição a fazer o seu pedido, mas estou de acordo, e desejo ajudar as Faculdades Católicas. O seu pedido já está atendido, dependendo apenas de entendimentos com o Ministro da Educação*”. (FRANCA, 1941 apud D’ELBOUX, 1953, p. 253, grifo nosso).

Mesmo com o consentimento presidencial, por mais de dois anos, Leonel Franca despendeu muitos esforços para conseguir a doação dos terrenos para a construção das Faculdades Católicas. Ainda que com os documentos devidamente assinados e o apoio tanto do presidente quanto do ministro da Educação, o caminho percorrido foi difícil. De acordo com as anotações de seu diário, é possível constatar que Leonel Franca ficou praticamente o ano todo envolvido nas solicitações desse terreno. (FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Mesmo que com esse trâmite em andamento, na condição de reitor das Faculdades Católicas, que já estava em funcionamento, o jesuíta organizou o primeiro exame de admissão da instituição. Matricularam-se 14 alunos na Faculdade de Direito e 70 na Faculdade de Filosofia: nos cursos de Filosofia, Letras clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas, Geografia e História, Ciências sociais e Pedagogia.

Franca não deixou de demonstrar, pelos seus registros, que mantinha estreita relação com os intelectuais que mais poderiam ajudá-lo. Essas relações pareciam ultrapassar o contato profissional. Em 5 de abril, de 1941, registrou: “[...] Pela tarde chamou-me o Dr

Capanema para mostrar-me a redação definitiva da Lei Orgânica, do currículo e da lei de adaptação”. (FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). E, no dia seguinte: “Páscoa. Pela tarde, passou o Dr Capanema pelo Colégio; apresentei-lhe as últimas observações que foram aceitas”. (FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Após idas e vindas, muitas conversas com o ministro da Educação, profissionais e/ou pessoais, em 13 de abril de 1942, Franca registra ter recebido, em carta do secretário do presidente, Luiz Vergara, a autorização do terreno.

Era uma área valiosa de 2400 m² na esplanada do Castelo. Embora não resolvesse ainda o problema do local da Universidade, contudo, transformada em fonte de renda, constituía um bom fundo para o seu patrimônio. Pelo que Pe. Franca soube reconhecer o benefício, escrevendo ao Ver. Pe. Luis Riou, então Provincial. (D’ELBOUX, 1953, p. 255).

Alceu Amoroso Lima, um fiel escudeiro de Leonel Franca nas conquistas pelas questões educacionais relacionadas à universidade, o acompanhava nos embates pelas aquisições materiais religiosas. Em 26 de maio de 1942, o jesuíta relata: “Estivemos, o Dr Alceu e eu com o Dr Capanema que nos prometeu dar até ao fim de junho uma solução definitiva ao caso do terreno das Faculdades Católicas”. A luta pela obtenção continuou:

Junho

26. Estive com o Dr Capanema. Disse-me que tinha encarregado ao Paulo Assis Ribeiro de fazer o edital para a cidade universitária em Manguinhos, e, que apenas pronto levaria tudo ao Presidente, dando assim ao problema do terreno das Faculdades uma solução que me contentaria.

Outubro

8. Recepção da Ação Católica pelo presente. Depois de lida a mensagem pelo Alceu e respondida pelo Dr Getúlio, o presidente, espontâneo perguntou “E o terreno da Universidade Católica” – “Está nas mãos de V: Excia, respondi. – Pois já despachei tudo”. (FRANCA, 1942. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Em seus diários, desde 1942, padre Franca relatava solicitar, constantemente, auxílio a seus pares, informando que precisava ao menos de seis padres para o trabalho desenvolvido por ele, mas apenas em 1943 recebeu como secretário seu amigo congregado do magistério, padre Pedro Belisário Velloso Rebello. Os projetos das Faculdades Católicas e as escolas com as quais constituía aliança tinham por objetivo educar meninos para que se criasse, desde cedo, um perfil de homem católico.

Embora anteriormente parecesse ter se resolvido o problema do terreno, no ano de 1943, novamente, Franca ficou focado nessa questão fundamental para a construção da universidade. Relata, no dia 15 de janeiro de 1943: “Fui ao Capanema. Disse-me que o processo de doação dos terrenos das Faculdades Católicas havia sido enviado ao Ministério da Fazenda e que hoje mesmo iria ter com o Ministro para acelerar-lhe a marcha”. (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil); dez dias depois visitou novamente Capanema, que afirmou que só conseguiria despachar o documento no dia 1º de março. Em 13 de abril: “Recebi hoje telegrama do secretário da Presidência, Dr Luiz Vergara comunicando-me, por ordem do Presidente, que havia sido assinado hoje decreto concedendo

terrenos às Faculdades Católicas. Deo Gratias” (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Em julho de 1943, finalmente, foi assinado o contrato de transferência do terreno doado pelo governo às Faculdades Católicas. Em 14 de agosto, recebeu uma visita do presidente, segundo o padre, ao “serviço de recenseamento”:

Depois de percorrer as várias seções do serviço subimos à sala de reunião e aí conversamos, isolados dos demais, o Presidente, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares e eu. No meio da conversa, após alguns instantes de silêncio, disse o Dr Getúlio: “Eu gosto muito do P.F. se algum dia tivesse que tomar um sacerdote por modelo, toma-lo-ia a ele”. Modelo provavelmente queria dizer confessor ou diretor espiritual. O Embaixador interrompeu dizendo que podia ser logo a visita et. etc. O Presidente sorriu e o incidente não teve, por ora, andamento. Será que Deus vai trabalhando mais intensamente na alma do Dr Getúlio? (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Pelos escritos, Franca sentia-se lisonjeado e honrado pela admiração de Getúlio e perguntava-se sobre o trabalho que Deus pudesse, ou não, estar por fazer na alma do presidente para que ele apoiasse, de forma mais intensa, a universidade católica. No mesmo ano de 1943, tomando uma proporção institucional maior, fundou a Faculdade de Direito e o Seminário Francisco Soares, uma possibilidade de união entre Estado e Igreja. Para Franca, a finalidade de uma escola para preparar juristas levaria a um governo e a uma administração do país que solidificariam a cultura católica.

No ano de 1944, Leonel Franca teve como ajudante e diretor da Faculdade de Direito e Escola Social padre Eduardo Magalhães Lustosa, que o auxiliou, mas faleceu três anos após ter assumido esse cargo. Lustosa foi um amigo de seminário que o auxiliou, de forma fundamental, na consolidação da universidade. Com o apoio administrativo de um companheiro de confiança, Franca tinha mais tempo para dedicar-se, de fato, a readequar a doação concedida pelo governo. O projeto seria trocá-lo, ou vendê-lo e conseguir um espaço mais adequado, bem localizado. Franca escreve, em 09 de junho, que esteve “[...] na Caixa Econômica com o Dr Carlos Luz, o Dr Ariosto Pinto, tratando da possibilidade de um empréstimo para adquirir todo o terreno da rua Itapemerim para as Faculdades. Ótimo acolhimento da parte de ambos e promessa de dar uma solução favorável”. (FRANCA, 1944. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Franca procurava se cercar de várias seguranças financeiras para atingir o objetivo de conquista do terreno, não só o apoio de agências bancárias, mas empréstimos da própria Igreja. A força desprendida para tais realizações não o deixava incólume, pois sua saúde era muito limitada, sofria de quadros graves de arritmia e ficava acamado por semanas, várias vezes ao ano – um problema que o acompanhava desde a infância. Em julho de 1944, por exemplo, ele escreve ter ficado por dez dias adoentado, com gripe, bronquite e pneumonia. Após levantar-se, mais uma vez, de suas enfermidades, dedicou o mês de agosto de 1944 à

venda do terreno na Esplanada e à solicitação de isenção de impostos a toda e qualquer doação que as Faculdades Católicas recebessem³. No dia 25 de agosto, relata:

Fui ao Capanema tratar do terreno da rua Itapemerim. Recebeu-me muito bem. Disse-me que considerava os interesses da Universidade Católica no mesmo pé de igualdade que os do Pedro II; que uma Universidade Católica era absolutamente necessária na capital do país. A Universidade Oficial pela sua própria organização e administração apresentaria sempre deficiência que só a Católica poderia evitar. Prometeu-me resolver a questão com contentamento de ambas as partes. (FRANCA, 1944, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Evidencia-se o apoio direto do governo à Igreja. Não por acaso conquistas, mesmo que disputadas e com algum esforço, foram atingidas por Franca. Ainda como benefício à universidade, no dia 11 de setembro, o secretário do Ministério da Justiça telefona e informa que a instituição teria isenção de impostos. Com o apoio, quase que incondicional do governo, no dia 28 de novembro, Franca relata que foi convocado por Capanema:

[...] para tratar do terreno da Faculdade. Prometeu-me: a- ir comigo ao Provedor da Santa Casa para pedir-lhe em nome do Governo venda às Faculdades do terreno perto de Santa Terezinha; b- oferecer a Santa Casa uma área onde ela pudesse construir os asilos; [...] d- ceder às Faculdades Católicas uma faixa do terreno destinado a construção do Pedro II. (FRANCA, 1944. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

É evidente que esses favorecimentos do governo, não condiziam com a escola laica, tampouco davam continuidade a esse projeto. Em 26 de março de 1945, Franca falava com o prefeito do Distrito Federal, afirmaria que o governante “[...] disse ter recebido do presidente de instrução para me receber e facilitar o que fosse possível na solução de problema relativo ao terreno da Universidade Católica, na rua Jardim Botânico. Deixei-lhe em mão um memorial resumindo o que me parecia viável”. (FRANCA, 1945. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

O presidente Vargas, em correspondência com o jesuíta, em 1945, afirmou que promoveria a troca do terreno por um local mais bem localizado, no entanto, dois meses depois, já em 22 de junho, desse mesmo ano, Franca precisou solicitar novamente que isso fosse feito. D’elboux (1953) aponta que ficava nítido, no semblante do padre, o cansaço já pela saúde e pelo trabalho demasiadamente esforçado. Por fim, o processo de Franca sumiu do gabinete, e, ao reformulá-lo para o presidente Dutra, esperou por mais de dois anos e não o viu ser aceito, pois coincidiu com a data de seu falecimento.

Consolidação da Universidade Católica

Ao longo do processo de implantação e consolidação da Universidade católica, que tinha dentre seus objetivos formar uma elite intelectual cristã capaz de gerir e coordenar o

³ Para compreender de forma mais aprofundada os empreendimentos e bens da Companhia de Jesus, principalmente, no Brasil, indicamos a obra: ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

Estado, é evidente que os problemas administrativos não eram os únicos a necessitar de atenção. As questões pedagógicas, ou relativas à organização educacional, também ocupavam espaço e assumiam relevância. O próprio jesuíta afirmava, em seus relatos, a forma como o corpo cansado e a saúde debilitada o impediam de exercer demasiadas funções. Ainda assim, aos poucos, as conquistas se materializavam. Após muitos enfrentamentos e limitações, em 28 de setembro, de 1945, foi aprovado o curso de Didática na Faculdade de Filosofia. Em dezembro, do mesmo ano, formou-se a primeira turma, com 43 bacharéis diplomados em filosofia; padre Franca foi o paraninfo.

Em janeiro de 1945, o padre jesuíta recebeu do Sr. Núncio Apostólico uma carta da Congregação dos Seminários e Universidades, que, embora tenha sido enviada nove meses antes, demorou a chegar ao destino final em razão da Segunda Guerra Mundial. O conteúdo fazia menção ao contentamento com o desenvolvimento das Faculdades Católicas, de modo a exaltar que se concretizava um ótimo trabalho, graças ao empenho do padre Franca. E, ainda, relatava a felicidade pelo apoio recebido do governo federal, bem como pela forma como a Igreja Católica vinha se relacionando com os poderes vigentes. Após os investimentos nas Faculdades Católicas, padre Franca finalmente atingiu seu desejo inicial e, escrevendo ao cardeal Dom Jaime, relatou que:

O ano de 1946 marcará época na história da nossa instituição. A 15 de janeiro foi assinado [pelo Presidente, Dr. José Linhares] o Decreto-lei que autorizou as Faculdades Católicas [de Filosofia e Direito e a Escola de Serviço Social] a se organizarem em Universidade. Em outubro do mesmo ano foram unanimemente aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os estatutos e, logo depois, baixados por um Decreto do Presidente da República [Eurico Gaspar Dutra]. Assim, após cinco anos de existência, as Faculdades Católicas atingira a sua maturidade e entraram no regime de Universidade, pleno jure, segundo a legislação brasileira. (FRANCA, 1946 apud D'ELBOUX, 1953, p. 266, grifo nosso).

Em 9 de novembro, o Vaticano transmitiu ao reitor uma bênção do papa sobre o dogma da Assunção, feita em nome da universidade. Após reconhecida como universidade em nível federal, Franca solicitou o coroamento da universidade então em foro eclesiástico. Em 11 de novembro de 1946 enviou ao cardeal José Pizzardo o pedido:

[...] Tendo atingido assim um desenvolvimento que a coloca como irmã mais nova, ao lado das outras Universidades Católicas, seria para nós consolação e estímulo que o Santo Padre se dignasse conceder-lhe também a ereção canônica, com plenos direitos de Universidade Pontifícia.

É esse o pedido que depositamos nas mãos de V. Em^a, pedido que é outrossim, do nosso cardeal Arcebispo e de todo o Brasil Católico [...] (FRANCA, 1946 apud D'ELBOUX, 1953, p. 268, grifo nosso).

Além deste pedido reafirmava a necessidade de obter esta autorização, considerando que o Brasil estava em atraso, pois era um dos únicos países que ainda não contavam com uma instituição de ensino superior católica. Ansioso por esta conquista, o padre afirmava em seu diário de anotações pessoais: “E até agora não tínhamos uma Universidade Católica! Já a possuem, na América latina, o Chile, o Peru, a Colômbia! Mais de 25 já se contam nos Estados-Unidos!” (FRANCA, 1954, p. 136). Incentivava os fiéis a trabalharem intensamente

na consolidação da instituição a fim de recuperar o tempo perdido, promovendo uma realidade universitária católica, em sua concepção grandiosa e fecunda.

Em 19 de janeiro de 1947, o padre geral da companhia escreveu solicitando os documentos da universidade, pedido atendido no dia 30 do mesmo mês. No entanto, retornou questionando o teor dos documentos que, pela origem latina eram de difícil compreensão. Pe. Franca adoeceu e ficou impedido de fazê-lo. Com a morte de Eduardo Lustosa, as atividades burocráticas da instituição sobrecarregavam o padre de trabalho, mas ainda assim Franca realiza as traduções dos estatutos, no mês de julho, considerando que o Vaticano já enviava reclamações sem entender a demora dos arquivos.

Após encaminhar os relatórios a seus superiores, Franca foi criticado, por meio de correspondências datadas de 03 de agosto de 1947, pelo padre geral provincial Artur Alonso, falando sobre o descuido e vários deslizes com a situação jurídica e financeira da universidade. O responsável geral da ordem inaciana o acusou de ter sido beneficiado por amigos da Companhia para manter sob sigilo as dificuldades enfrentadas pela instituição. D'elboux (1953) relata que Franca nunca havia ficado tão abatido, pois a obediência era algo fundamental aos princípios da Ordem religiosa à qual pertencia. Então, ele escreveu ao superior pedindo que indicasse os erros a fim de que fossem corrigidos. Feito isso, o título de Pontifícia chegou com o decreto “*Laeta Coelho Arriens*”, datado de 20 de janeiro de 1947. A solenidade deste evento aconteceu no auditório da Universidade com a presença de integrantes da grande elite intelectual brasileira, composta por representantes dos mais diversos setores da sociedade, além dos professores e alunos da instituição. Em 16 de dezembro de 1947, o padre Franca proferiu uma alocução na solenidade da Universidade Católica do Rio de Janeiro:

Recompensa consoladora de trabalhos e esforços, mas ainda consagração definitiva de uma vocação espiritual. O título de PONTIFÍCIA de que doravante se poderá exornar a nossa Universidade ratifica e autentica o de CATÓLICA que designou desde o berço. E este título não soa apenas como um qualificativo superficial, mas apresenta uma opção programática de cultura [...].

Os últimos séculos levaram a termo uma obra nefasta de divisões e rompimentos. Rompimentos entre as ciências positivas e a filosofia, entre as ciências econômico-sociais e a moral, entre a vida profana e a consciência religiosa. Colhemos hoje as tempestades que estes ventos semearam (FRANCA, 1954, p. 223).

O reitor, por aclamação, foi Leonel Franca, indicado por distinção pela Santa Sé. Franca realizou a última abertura anual, falando sobre as tristezas e alegrias do ano anterior, e comunicou sua iniciativa de instalar, próximo à universidade, o Instituto de Direito Comparado, primeiro em todo o Brasil. Em 9 de novembro de 1947, em busca de novas construções, o jesuíta visitou o ministro João Neves da Fontoura: “Expus-lhe o plano da fundação do Instituto de Direito Comparado. Fiz-lhe o convite para a presidência. Acolheu muito bem a iniciativa que achou muito oportuna. Aceitou de boa vontade a presidência, pondo-se logo a serviço do Instituto”. (FRANCA, 1947. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Carregar, literalmente, o título de reitor, sem dúvidas, trazia a Franca um prestígio ímpar. A consagração de sua trajetória foi ao ápice com tamanha titulação, pois:

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma [...], é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comprovar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo (BOURDIEU, 2008, p. 100).

Após a conquista da consagração religiosa e institucional de um centro de formação de ensino superior com princípios declaradamente católicos, em fevereiro de 1947, Franca teve, por 10 dias, uma crise cardíaca que o levou, novamente, à beira da morte. Porém, não parou de planejar e escrever sobre os rumos e consolidação da universidade. Registrou em 19 de março: “Prometi a São José que se resolver bem a questão do terreno da Universidade, ser-lhe-á levantada uma estátua, na cidade universitária, dentro ou fora dos edifícios”. (FRANCA, 1947. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Ainda que com as crises de saúde, Franca não deixou de exercer o papel a ele confiado, nem de ser visto como tal. Isso pode ser avaliado nos termos propostos por Bourdieu, a saber que:

A investidura (do cavaleiro, do deputado, do presidente da República etc.) consiste em sancionar e em santificar uma diferença (preexistente ou não), fazendo-a *conhecer e reconhecer*, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais. (BOURDIEU 2008, p. 99; grifo do autor).

Na mesma ocasião, foi discutida a criação da Escola Politécnica da Universidade Católica. Após vários engenheiros se reunirem com Franca e terem discutido o problema de não haver o número suficiente de técnicos em engenharias no país, o padre decidiu ouvi-los e teve a iniciativa, em julho de 1947, de também criá-la anexa ao funcionamento da instituição Pontifícia. Em seu diário, já em 1948, no dia 21 de janeiro, relata a “[...] assinatura no Catete do Decreto autorizando funcionamento da Escola Politécnica da Universidade Católica”. (FRANCA, 1948. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Na inauguração proferiu, discurso no Palácio do Catete:

[...] Nos titulares da pasta de Educação só temos encontrado palavras de animação e gestos de conforto. O Chefe da Nação tem sido sempre para a Universidade um amigo e protetor.

Bem sentimos quanto hoje, com a fundação de uma Escola Politécnica, aumentam as nossas responsabilidades. Mas não nos assusta o trabalho empenhado em prol das boas causas. [...] Para nós não queremos outra recompensa senão a consciência de haver bem servido ao Brasil. (FRANCA, 1954, p. 142).

É possível observar os comentários elogiosos tecidos por Franca ao presidente da República – em virtude de seu apoio constante à Igreja Católica, bem como seu contentamento em atingir o objetivo de construir instituições católicas para formar um modelo de homem religioso. Ao analisar o posicionamento intelectual de Leonel Franca, a maneira como se relaciona e constitui sua rede de contatos; e, como ele trabalhava pela Companhia de Jesus, podemos considerar aspectos da teoria bourdieusiana, que afirmam que o modo como o sujeito age na sociedade é intimamente ligado à maneira como recebeu sua formação educacional.

[...] a instituição escolar institui *fronteiras sociais* [ela pode apresentar separação] marcada, primeiro, pelas próprias condições de vida, pela oposição entre a vida reclusa do interno e a vida livre do estudante, depois, pelo conduto e, sobretudo, pela organização do trabalho de preparação para os concursos [...] (BOURDIEU, 2011b, p. 37-38, grifos do autor).

No caso de Franca, sua proposta era dar à sociedade leiga e à escola laica uma formação muito próxima daquela que ele recebeu nas instituições católicas. Pierre Bourdieu (2011a, p. 115-116) defende que, no campo universitário, há uma estrutura sólida de reprodução, assim se considerarmos a forma como Franca chegou à reitoria da Universidade Católica, podemos avaliar que “[...] o capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitam dominar outras posições e seus ocupantes [...]”.

Em todos os relatórios enviados ao padre geral da companhia, ou ao padre provincial, Franca preocupava-se, em primeiro lugar, em apontar as questões religiosas, antes até mesmo das educacionais. Chegavam a 2.000 o número de universitários matriculados na universidade e a falta de auxílio não o desanimava.

Antes mesmo que se erga qualquer monumento, permanece, no coração na Universidade Católica do Rio de Janeiro, a imagem inconfundível do Pe. Leonel Franca perfeito ideal de professores e alunos. Sua morte, nos afirma o Prof. Américo Jacobina Lacombe, ao contrário de uma catástrofe foi: “a fixação da fisionomia intelectual e moral que o Pe. Fraca imprimiu à nossa atividade – aquele conjunto de firmeza e suavidade, de energia e de cortesia, que fazia dele uma flor da cultura e da civilização católica brasileira”. (D’ELBOUX, 1953, p. 278).

Leonel Franca consagrou-se como grande responsável, fundador e primeiro reitor da Pontifícia Universidade Católica. Marcou a construção dessa instituição e, por meio de seu posicionamento dentro dos campos político e religioso, liderou as lutas que a viabilizaram, a consolidaram e a expandiram. Tendo em vista as apropriações do *habitus* religioso católico, próprios de ordens como a Companhia de Jesus, Franca permaneceu firme em seus ideais, preocupado em formar uma elite brasileira, advinda de uma nação de tradição católica, a fim de conduzir a sociedade a partir dos valores essenciais do cristianismo.

Compreender os fenômenos sociais é algo complexo. Para Bourdieu (2008), culturalmente, em nossa sociedade, um diploma tem a ver com magia, assim como os amuletos. A ciência, então, deve levar em conta a força, ou impressão, simbólica dos ritos a ela inerentes, sua representação do real. Podemos pensar que na investidura de um cargo como reitor da universidade, o seu poder simbólico é consagrado à medida que efetivamente se muda de posição:

[...] de início, logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela (a mais visível de todas essas mudanças é o fato de lhe conceder títulos de respeito e o respeito realmente associado a tal enunciação); em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação. (BOURDIEU, 2008, p. 99).

Os títulos sociais de crédito, como os de nobreza ou o título escolar, no caso de reitor, multiplicam o valor do seu portador, pois multiplicam também a extensão e a intensidade

daquilo que se acredita atribuir-lhe como valor. Por isso, consideramos imprescindível descrever sua trajetória intelectual. Para exemplificar essa afirmação, relatamos que, em 1947, nos trâmites de funcionamento pleno da universidade, Leonel Franca não foi surpreendido por seu adoecimento, que já o rondava com frequência. A morte, certamente, já era familiar ao padre que tantas vezes estivera próximo dos momentos finais da vida, visto que recebera extrema-unção pelo menos quatro vezes. Em 1942, dentre todas as anotações, fez um ato de agradecimento em seu diário:

Fechar a minha vida com um grande obrigado a Deus por todos os benefícios:
 Benefício da vida... mais de 50 anos – saúde, atividades.
 Benefício da fé!
 Benefício da vocação – Morte na Companhia de Jesus!
 Benefício do sacerdócio – Mais de 7000 missas. Mais de 100.000 confissões...
 Benefício do apostolado
 Multitudo misertaionum!! (FRANCA, 1942 apud D'ELBOUX, 1953, p. 301).

Os padres da companhia sempre apontavam a organização do padre Franca e a forma como ele deixava aquilo que lhe cabia como responsabilidade. Perto de sua morte, sua mesa vivia cheia de correspondências e ele dizia aos irmãos de seminário que parecia uma bagunça, mas era organização, estava tudo dividido e cada coisa em seu devido lugar – ao que nos parece o jesuíta não pretendia assumir sua condição debilitada. (D'ELBOUX, 1953). No último ano, em 1947, o padre Franca esteve ainda mais limitado em todas as suas atividades. Mal ia à universidade, pois necessitava fazer até quatro paradas antes de chegar ao destino final, fosse sua casa ou a própria instituição. Seu enfermeiro, em muitos relatos e testemunhos póstumos, dizia que Franca não se queixava de nada. Nunca reclamava e respeitava todas as normas e horários que seu impedimento de saúde demandava. (D'ELBOUX, 1953).

Em 26 de julho comemorou 25 anos de sacerdócio. A missa de comemoração foi realizada em seu quarto, com o prestígio de seu irmão, padre Leovigildo Franca, e seu sobrinho, padre Edgard. No dia 29 – do mesmo mês, um domingo, celebrou sua última santa missa. Em 1º de setembro, Franca mal comeu, foram adiadas suas próximas missas e o enfermeiro entrou em contato com seu irmão, Leovigildo Franca, ainda que com resistência de Franca. O enfermeiro apontou que Franca insistia, nos dois últimos dias que, mesmo com as limitações, poderia ficar sozinho. Passava metade do dia na poltrona e metade, na cama. Indicava que os dois enfermeiros que dormiam com ele no quarto o deixassem a sós e fossem realizar seus exercícios. (D'ELBOUX, 1953).

Ao analisar a trajetória de Leonel Franca verificamos que seus escritos deixavam claro que a doutrina católica deveria ser abertamente pregada – isso o tornou “o polemista” do século XX. No sistema escolástico em que Leonel Franca escreveu toda a sua obra, seu intelectualismo religioso lhe proporcionou segurança, mesmo que a sua racionalidade jesuítica nem sempre tenha saído vitoriosa nos embates, talvez porque a “[...] ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez. [...] forçoso é constatar que, nesse engajamento, sentimento e a afetividade algumas vezes prevaleceram sobre a Razão”. (SIRINELLI, 2003, p. 260). A razão pode mover à intervenção, mas nem sempre é aquela que se sobressai nos atos políticos, tanto nas representações individuais, quanto nas

coletivas. Com o argumento de que suas realizações se davam em nome de Deus e a serviço do povo, Leonel Franca consagrou o seu legado, tornando-se um dos intelectuais católicos que mais intensamente atuaram nos âmbitos social e político da primeira metade do século XX, agindo de modo a expandir a influência e o alcance da Igreja católica em diferentes âmbitos do espaço social, com muito destaque para o campo educacional.

Considerações Finais

Este artigo teve como preocupação debater o processo de constituição do modelo de ensino superior católico no Brasil. Assim, ao tratar da história da educação superior católica em nosso país, ganharam prevalência o processo de criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro e a ação do Padre Leonel Franca. A narrativa deu visibilidade ao percurso de criação dessa instituição na capital da República, sem deixar de considerar que se tratava de uma estratégia que emanava do Vaticano e estava organicamente associada às frentes de organização da Igreja Católica no Brasil que, desde o início da República investiu na formação de quadros de intelectuais para formar as fileiras de liderança política e religiosa. No plano formal, a República se anunciou laica, pois prefigurou a separação entre Estado e Religião. No entanto, essa nova condição deixou o campo aberto para a crescente presença de instituições religiosas nos mais diferentes espaços do mundo social, especialmente no âmbito educacional.

A Igreja Católica investiu no ensino primário, mas ganhou visibilidade no ensino secundário. No ensino superior, com exceção dos cursos em seminário que atendiam, prioritariamente, os quadros do clero, ela ainda não se fazia presente. Até o início do século XX, apenas o Estado (governo federal) poderia abrir universidades. Esse monopólio se alterou com a Lei Rivadávia Corrêa (1911), ao permitir que todos os brasileiros criassem universidades no Brasil. Em 1915, no entanto, a Lei Maximiliano criou uma série de obstáculos à abertura de universidades, entre eles que todas deveriam seguir o modelo estatal que somente foi criado em 1920 (Universidade do Rio de Janeiro). Esse quadro se alterou no início da década de 1930, quando a Reforma Francisco Campos (1931) estabeleceu os estatutos universitários, abrindo caminho para as iniciativas particulares investirem no ensino superior.

A partir dessa condição legal e do interesse da Igreja Católica em demarcar sua presença no ensino superior, ganhou força política sua proposição de estabelecer uma universidade tipicamente católica em um país formado por uma população que professava, na sua grande maioria, essa crença religiosa, mas não tinha instituições de ensino superior para formar os principais quadros da elite política e cultural. Uma das estratégias da Igreja Católica era investir na formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral. Nesse sentido, o Centro Dom Vital representou a principal intervenção no início da década de 1920. Nesse espaço social se concentrou a aglutinação dessa elite intelectual e se estabeleceram as ações para formar novos integrantes. A partir desse lugar, como vimos, a Igreja Católica investiu em cursos de formação intelectual, em especial no Instituto Católico

de Estudos Superiores, culminando na criação das Faculdades Católicas (1940) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948).

Essa experiência constituiu a primeira expressão de caráter nacional do modelo católico de universidade, passando a atuar na formação das elites políticas e culturais, ao lado das universidades estatais e de outros grupos particulares. A Igreja Católica agiu em duas frentes. De um lado, buscou demarcar a presença de seu ideário nas instituições universitárias estatais, como, por exemplo, no caso da Universidade do Brasil. De outro, centralizou sua força para criar suas próprias universidades. Neste texto, a discussão privilegiou a segunda estratégia. Esse projeto católico contou com atuação do clero e do laicato, nele tendo ganhado centralidade a figura do Padre Leonel Franca. Analisar a trajetória do intelectual Leonel Franca implicou, conjuntamente, no exame dos caminhos percorridos para a viabilização e a implantação de uma Universidade Católica no Brasil, visto suas principais ações confundirem-se, a todo momento, com os marcos que paulatinamente edificaram a instituição. A formação jesuítica de Franca, uma vez articulada à teia de relações sociais por ele estabelecida, fosse devido à sua permanência e atuação na Ordem religiosa, fosse devido ao contato que teve com importantes quadros da burocracia estatal em nome da Igreja, foram capitais para a viabilização, para a construção e para a consolidação do projeto em diferentes frentes.

Ao examinarmos os arquivos localizados na Província dos Jesuítas no Brasil, situada na cidade do Rio de Janeiro, observamos que os documentos de Franca, os administrativos, as correspondências e as anotações em diário pessoal, davam sustentação a nossos argumentos no sentido da estreita vinculação entre a trajetória do jesuíta e a implantação da Pontifícia Universidade Católica no Brasil. Esse movimento analítico proporcionou ao artigo ultrapassar a bibliografia já consolidada acerca da origem da Universidade em questão, ao trazer informações que contribuem para que essa história seja retomada também a partir da perspectiva de um dos principais agentes responsáveis pela sua concretização, uma história composta por embates travados, tanto na esfera religiosa quanto na esfera governamental, no seio da conjuntura expressa.

Ao nos apropriarmos de conceitos de Pierre Bourdieu enquanto ferramentas conceituais, a fim de interpretar a rede de contatos do padre Franca, buscamos vislumbrar o seu trânsito e articulação nos campos social, político e religioso, de modo a buscar entender o quanto o seu sucesso foi sustentado por seu *habitus* jesuítico, resultado de sua formação rigorosa no interior da Companhia. Franca circulou nos grupos da elite intelectual carioca e, com isso, conseguiu entradas por meio das quais conseguiu apoio de agentes ligados à esfera governamental. Inclusive, alcançando o apoio manifesto do presidente Getúlio Vargas, em favor do projeto de uma instituição de ensino superior católica no país.

A partir de sua racionalidade jesuítica e com o suporte de sua rede de sociabilidade, Leonel Franca viabilizou estratégias nos campos religioso, civil e político, consagrando sua trajetória intelectual no campo educacional, com o reconhecimento da Pontifícia Universidade Católica, da qual se tornou reitor. Apoiado por grande parte da camada intelectual, que acreditava ser a educação o caminho para a reorganização cultural do país,

condição para seu crescimento em diferentes âmbitos, o padre Franca desempenhou a função de mediador e agiu de forma intensa no processo de construção de um modelo católico de formação no país, a ser generalizado pelas diferentes instituições ligadas à Igreja e, certamente, encontrando seu paroxismo na PUC. Sua trajetória como intelectual alcançava assim um de seus momentos de maior expressão e alcance social, a saber, a construção de uma instituição católica cujos princípios religiosos e métodos de ensino católicos pudessem, ao menos em tese, formar as elites políticas e culturais responsáveis por conformar a nação.

Referências

ANUÁRIO DAS FACULDADES CATÓLICAS, I, 1941.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL. **Cartas e anotações**. Rio de Janeiro, consultas em mar. 2016.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2011b.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná**: 1926 – 1938. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARTA PASTORAL DO CARDEAL ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO E DOS ARCEBISPOS E BISPOS DO BRASIL, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1939.

D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira. **O padre Leonel Franca, S. J.** Rio de Janeiro: Agir, 1953.

FRANCA, Leonel. Alocuções Universitárias. In: **ALOCUÇÕES e Artigos** – Tomo I. Rio de Janeiro: Agir, 1954.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem - uma revista de intelectuais católico (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica; Fapesp, 2005.

SALEM, Tania. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 97-134.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.